

SÓ NO GRITO NÃO DÁ!

ERIC LINS

Procurador do Estado, deputado estadual (DEM)
eric.lins@al.rs.gov.br



O mundo vive uma grande guerra de narrativas. O Rio Grande do Sul não é diferente. O Executivo enfrenta um cenário fiscal caótico, então, sugere uma reforma administrativa e previdenciária a fim de equilibrar as contas. Os servidores, afetados diretamente por essa medida, reivindicam que não ocorram mudanças. Por sua vez, os deputados pressionados por ambos os lados dividem-se entre apoiar a iniciativa de um ou contemplar os desejos de outros.

Com um gasto de pessoal colossal, sobra pouco ou quase nada para melhorar as condições de vida dos gaúchos. Os servidores do magistério, por exemplo, sem reajuste há anos, foram postos em segundo plano pelo governo petista que concedeu aumentos à segurança e ainda deixou a conta pro governo seguinte. Todos os lados envolvidos nessa trama intitulada "O Pacote" reverberam suas versões por redes sociais, ve-

ículos de imprensa, caminhões e todas as ferramentas disponíveis. É do jogo.

Paradoxos políticos exigem respostas menos cartesianas. O governo não pode ignorar os servidores, que por sua vez não podem pedir algo que o Executivo não tem condições de oferecer. A

O governo não pode ignorar os servidores, que por sua vez não podem pedir algo que o Executivo não tem condições de oferecer

comunicação deve ser recheada de conteúdo propositivo. Não é simples, mas é possível. E se eu dissesse que podemos aumentar o salário dos professores e diminuir o custo do Estado com ape-

nas uma medida? Surreal? Não! Matemática.

Propus ao Executivo o seguinte: dar aos professores a alternativa de converter metade das horas-atividade em horas em sala de aula, aumentando em 90% o valor das horas convertidas, possibilitando chegar ao acréscimo de 15% no contracheque destes servidores, ou seja, a cada quatro professores que optarem pela conversão, diminuiria-se uma contratação emergencial, o que reduziria em 8% o custo do Estado. Essa margem poderia ser administrada pelo Executivo para melhorar as condições da educação pública.

Hoje, os professores do fundamental 1 já recebem a unidade em um formato parecido a esse. Por que não oferecer aos do fundamental 2 e do médio uma oportunidade semelhante?

Na guerra de narrativas ganha aquele que comunica com conteúdo. Só no grito não dá!

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES, VALORES E FAMÍLIA

MIGUEL ÂNGELO FLACH

Professor e doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP
miguel.flach@yahoo.com.br



Desde a palmatória e castigos físicos que prevaleceram na prática pedagógica no Brasil até os anos 1950 ao quase tudo pode (e "depende") de hoje em dia, ainda não encontramos um meio-termo. A partir de 1985, a redemocratização do país nos reconduziu às liberdades individuais e, desde 1993, para além da doutrinação em Educação Moral e Cívica, em Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros -, disciplinas que deixaram de ser obrigatórias nos ensinos Fundamental, Médio e Superior. Desde então, o ensino religioso confessional permanece como doutrinário em relação a valores. Mas, no laico Estado Democrático de Direito, a escola passou a ensinar valores sobretudo espontaneamente considerando que eles seriam incorporados pelos educandos a partir do meio sem

intervenção direta do educador. Some a tal contexto o encolhimento da moralidade à esfera privada, a permissividade das leis com corrupções e violências e chegamos à atual situação.

A redemocratização do país nos reconduziu às liberdades individuais

Se parte considerável da população apoia o projeto das escolas cívico-militares e a presença destes em funções administrativas e disciplinares -, não é este um sintoma de que a escola tem falhado na formação comportamental, segundo o que parece à mesma sociedade que poderia valorizar e respeitar mais o professor? Na educação básica, não tem o professor estado muitas

vezes até sob pressão de famílias justamente as que querem saudar militares a disciplinar o comportamento escolar?

A educação é dever solidário entre família e Estado, e o texto da Lei 9.394, de 1996, nomeia primeiro a família. Há 23 anos já está em lei. Professores não precisam de militarização da escola; escola e professor precisam, também, do despertar da família: excesso de presentes em vez de presença, vácuo e terceirização da autoridade parental na educação têm produzido um amor subalterno. É crucial que responsáveis pensem em relação aos filhos: é por te amar muito que não aceitamos qualquer comportamento, leia-se, em suas relações com a sociedade, inclusive na escola. Educação integral requer, primeiro, sinergia entre família e escola.

PAULO FREIRE E O PISA

ELY JOSÉ DE MATTOS

Economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS
ely.mattos@puccrs.br



O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - Pisa, na sigla em inglês - consiste em um exame trienal, organizado pela OCDE, para testar os conhecimentos de jovens de 15 anos de idade. Em 2018, cerca de 600 mil estudantes de 79 países foram testados em leitura, matemática e ciências.

Em leitura, 50% dos jovens brasileiros não foram além da identificação da ideia central de um texto de tamanho moderado, que seria o nível mínimo aceitável. Em matemática, apenas 32% atingiram este patamar. Já em ciências, 45% dos que fizeram a prova se mostraram capazes de lidar com o mínimo aceitável para a faixa etária.

Sobre esses resultados, a manifestação imediata do ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi atribuir o fracasso às gestões passadas, especialmente porque elas teriam adotado uma "... doutrinação esquerdófila sem compromisso com o ensino", e que isso viria de Paulo Freire.

Bem, Freire é um dos principais educadores do século 20 - concorde-se ou não com suas ideias. Seu biógrafo, Sérgio Haddad, aponta que ele nunca foi comunista nem pregou educação partidária. E antes que o novo presidente da Funarte dê pitaco: era cristão convicto e atuou por uma década no Conselho Mundial de Igrejas na Suíça, quando esteve exilado.

As evidências indicam que não há nada de doutrinário em Paulo Freire. Antes pelo contrário, ele acreditava que pensar no aluno como mero receptor é que abriria espaço para doutrinação. Conforme afirma Haddad, em artigo na Folha de S. Paulo de 14/4/2019, Freire "propunha o diálogo efetivo, crítico, respeitoso, sem que o professor abrisse mão de sua responsabilidade como educador no preparo das aulas e no domínio dos conteúdos".

O que há, sim, é a discussão que Freire propõe sobre o conhecimento enquanto poder e o quanto classes dominantes poderiam manipulá-lo para manter seu status. Isto não tem relação alguma com método ou conteúdo, mas com a identificação do papel democrático e cidadão da educação.

O ministro Weintraub sinaliza que acredita em ensino mecanizado e apartado da realidade social, no melhor estilo linha-dura. Para ele, este é o caminho para melhorar o resultado do PISA. Acontece que educação vai além da tabuada e da conjugação de verbos. Ela também é parte da forja da cidadania. O mundo, cada vez mais, tem reconhecido a importância da educação socialmente responsável e diversa - e isso não prejudica o Pisa.

Weintraub sinaliza que acredita em ensino mecanizado e apartado da realidade social, no melhor estilo linha-dura

Ely José de Mattos escreve às sextas-feiras, a cada 15 dias.
Segunda-feira: **Alfredo Fedrizzi**,
conselheiro, consultor e jornalista